

Arsenal para 2009

CEDOC/ED ALVES/23.4.08

O governo está montando um arsenal de medidas para enfrentar a virada deste ano e o primeiro semestre de 2009, período que ele trata internamente como os seis meses terríveis da crise mundial de crédito. A primeira das medidas de curto prazo é um ataque aos bancos e ao *spread* cobrado nos empréstimos ao setor produtivo. Na avaliação do Planalto e da equipe econômica, o crédito disponível no País, a demanda por esse dinheiro e a solidez do sistema financeiro não justificam as taxas de risco altíssimas (*spread*) cobradas em cima dos gordos juros já fixados pelo Banco Central na Selic (hoje de 13,75%).

Ministros ouvidos ao longo da semana passada, todos do círculo que discute cotidianamente a crise com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, consideram que os bancos estão demorando a baixar os *spreads*. Para o governo, "o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal têm capacidade de liderar um processo de baixas, para que essas taxas de risco voltem aos níveis normais, tanto em valor quanto em prazo". Juntos, os dois bancos públicos respondem por cerca de 40% do crédito, montante considerado suficiente para influenciar o sistema financeiro.

Além da exorbitância cobrada das pessoas físicas no cheque especial, com taxas que chegam a 188% ao ano, o governo estocou exemplos recentes do que con-



■ BB E CEF RESPONDEM POR CERCA DE 40% DO CRÉDITO, O SUFICIENTE PARA INFLUENCIAR O SISTEMA FINANCEIRO

sidera *spreads* despropositais, mesmo em tempo de crise. A Petrobras quis tomar dinheiro no mercado e lhe foi oferecida uma taxa de 135% acima do CDI. A Caixa emprestou a 108% do CDI. "Não há justificativa para os bancos receberem dinheiro do compulsório e emprestar a custo tão elevado", resumiu um ministro. Segundo ele, há consenso no governo para atacar essas taxas. Procurada, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) não quis se manifestar sobre os planos do governo e os *spreads* praticados.

■ Compulsório

A outra decisão, também na linha de "domesticar" o sistema financeiro, é fazer novas liberações de compulsórios, mas impondo aos bancos condições ainda mais pesadas. O governo ainda tem R\$ 160 bilhões de compulsório para liberar, depois de ter disponibilizado R\$ 95 bilhões – em outubro, por uma resolução, o BC exigiu como contrapartida a compra de carteiras de crédito de instituições financeiras pequenas e médias com problemas de liquidez. Os

bancos que não compram carteiras perdem dinheiro – têm de recolher ao BC, sem remuneração, o equivalente a 10,5% dos depósitos a prazo, como CDBs.

Segundo outro ministro, o governo considera crítico o primeiro semestre de 2009 por entender que as decisões tomadas na virada de 2008 terão repercussão na economia para enfrentar o período mais grave da crise. O foco está na decisão de liberar o máximo de crédito ao menor custo possível, para não deixar as empresas sem capital de giro.